



Reunião Ordinária do Colegiado do PPGCF de janeiro de 2025

Na sexta-feira, dia 17 de janeiro de 2025, a partir das 10:00 h da manhã, a vice coordenadora e coordenadora em exercício, Lina Bufalino e os membros do Colegiado do PPGCF, Fabiano Emmert (professor permanente), Francisco de Assis Oliveira (professor permanente), Walmer Martins (professor permanente) e Julia Isabella de Matos Rodrigues (representante discente de doutorado) reuniram-se presencialmente na sala da Coordenação do PPGCF. Valter Júnior dos Santos Saldanha (representante discente de mestrado) participou da reunião por videoconferência. Thiago de Paula Protásio acompanhou online apenas parte da reunião para discussão, sem ter votado nas pautas, pois não ocorreram votações no período de sua presença (aproximadamente das 11:30 às 12:30 h). Tendo o tempo hábil esgotado sem que todas as pautas tivessem sido concluídas, os mesmos membros do colegiado se reuniram novamente na sexta, dia 24 de janeiro para finalizar a reunião. O Colegiado discutiu e deliberou sobre as seguintes pautas:

Pauta 1. Deliberação sobre a composição das bancas de exame final dos seguintes discentes: Jéssica Costa da Silva, Lucas Viana Vieira da Silva, Soany Elen Palheta da Conceição e Leandro Nascimento Santos.

- Jéssica Costa da Silva – A coordenadora explicou aos presentes que a banca proposta incluía (i) um pós-doc que faz parte do grupo de pesquisa do orientador, prof. Divino Silvério; (ii) uma recém-doutora; e (iii) uma doutora com produção baixa. A coordenadora argumenta que atualmente a tendência de preferência da Capes é incluir nas bancas professores externos ao programa, consolidados, com filiação na forma de vínculo empregatício e com produção científica relevante. No entanto, o professor Fabiano aponta que o mais importante é não estar no mesmo grupo de trabalho e/ou ser interno do programa, conforme discussões anteriores. A coordenadora sugere que seja demandado ao prof. Divino a troca do pós-doc do seu grupo por um professor/pesquisador que cumpra os requisitos acima especificados. A proposta foi votada a favor com unanimidade. Em seguida, o Colegiado detectou que o suplente



também é pós-doc do professor. A coordenadora sugeriu que este fosse substituído por um professor externo ou do programa. No segundo caso, alguém sem muitas co-autorias nos últimos anos. O colegiado votou a favor desta proposta por unanimidade.

- Lucas Viana Vieira da Silva – De acordo com o Regimento Geral de Pós-graduação Stricto sensu da UFRA, “a banca examinadora de mestrado deverá ser presidida pelo orientador ou co-orientador e mais três membros, sendo, no mínimo, um externo à UFRA”. Dessa forma, foi votado por unanimidade que é necessário incluir mais um membro na proposta, observados os critérios estabelecidos pelo MPF – Recomendação (01/2023). Após esta inclusão, a banca está aprovada por unanimidade.
- Soany Elen Palheta da Conceição – De acordo com o Regimento Geral de Pós-graduação Stricto sensu da UFRA, “a banca examinadora de mestrado deverá ser presidida pelo orientador ou co-orientador e mais três membros, sendo, no mínimo, um externo à UFRA”. Dessa forma, foi votado por unanimidade que é necessário incluir mais um membro na proposta, observados os critérios estabelecidos pelo MPF – Recomendação (01/2023). Após esta inclusão, a banca está aprovada por unanimidade.
- Leandro Nascimento Santos – O professor Fabiano e coordenadora comentaram sobre a presença da própria coordenadora na banca, Lina Bufalino. O candidato é orientado do professor Thiago de Paula Protásio com ampla produção científica em parceria com a professora Lina Bufalino. De acordo com o MPF - Recomendação (01/2023), deve-se evitar a composição de bancas incluindo membros que tenham relação acadêmica estreita com os envolvidos. A necessidade de alteração deste membro foi aprovada por unanimidade.

Pauta 2. Pedido de aproveitamento de créditos em disciplinas e carga horária de disciplinas dos seguintes discentes: Bianca Lobato Oliveira, Gustavo Batista Borges, Jonathan Dias Marques, Matheus de Lima Guedes e Diogenis Fontenele Ferreira Junior

Foram aprovados por unanimidade os seguintes aproveitamentos de créditos e carga horária:



- Bianca Lobato Oliveira: aproveitamento de créditos das disciplinas “Ecologia aplicada ao manejo florestal” (3 créditos) e “Recuperação de ecossistemas degradados na Amazônia (3 créditos)”, com total de 6 créditos.
- Gustavo Batista Borges: aproveitamento da disciplina “Taxonomia de árvores da floresta Amazônica” (2 créditos).

Obs: Em reuniões passadas o discente já havia solicitado o aproveitamento das disciplinas “Produtos energéticos da biomassa” (5 créditos) e “Tópicos especiais: Propriedades Tecnológicas de matérias-primas lignocelulósicas da Amazônia (6 créditos), totalizando 13 créditos com esse novo pedido, estando abaixo do máximo permitido de 20 créditos.

- Jonathan Dias Marques: aproveitamento das disciplinas “Tópicos especiais: propriedades tecnológicas de matérias-primas lignocelulósicas da Amazônia” (6 créditos) e “Produtos energéticos da biomassa” (5 créditos), além do aproveitamento da carga horária da disciplina “Dendrocronologia: Princípios e aplicações da análise dos anéis de crescimento das árvores” (8 créditos), que foi cursada na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ/USP (8 créditos), totalizando 19 créditos.
- Matheus de Lima Guedes: aproveitamento de crédito das disciplinas “Geoprocessamento aplicado ao manejo de recursos naturais” (3 créditos), “Taxonomia de árvores da floresta Amazônica,” (2 créditos) e “Recuperação de ecossistemas degradados na Amazônia”, (3 créditos), totalizando 8 créditos.

Pauta 3. Inclusão de co-orientações para os seguintes discentes: Gustavo Batista Borges, Jonathan Dias Marques e Fabricio da Silva Nascimento.

Foram aprovadas por unanimidade as seguintes co-orientações:

- Fabricio da Silva Nascimento: Prof.º Leonardo Sousa dos Santos, vinculado à (ao) Instituto de Ensino de Segurança do Pará – IESP.
- Gustavo Batista Borges: Prof.ª. Gracialda Costa Ferreira e Prof.ª Thâmara Moura Lima, ambas vinculadas ao PPCF-UFRA.



- Jonathan Dias Marques: Prof.^a Amélia Guimarães Carvalho, vinculada à Universidade Federal de Uberlândia – UFU e a Pós-doutoranda Elesandra da Silva Araújo vinculada à Universidade do Estado do Amapá – UEAP.

Pauta 4. Homologação sobre descredenciamento ou manutenção dos docentes atuais, além de apreciação de candidaturas de credenciamento de novos docentes ao PPGCF

A coordenadora iniciou a discussão da pauta mostrando a situação atual do corpo docente do PPGCF. O programa tem atualmente o número mínimo de docentes permanentes necessários (12), além de um professor colaborador. Foi demonstrado também que o PPGCF atinge todos os critérios estabelecidos no documento de área da Capes, tais como: 58% de docentes permanentes exclusivos; 75% de docentes permanentes internos; 92% de permanentes; e 92% de docentes que não são nem aposentados e nem recém-doutores. A coordenadora propõe como primeira votação a recondução de todos os professores para o novo quadriênio da Capes 2025-2028 (listados abaixo). O colegiado votou a favor por unanimidade.

- ✓ CANDIDO FERREIRA DE OLIVEIRA NETO - Permanente
- ✓ DIVINO VICENTE SILVERIO - Permanente
- ✓ FABIANO EMMERT - Permanente
- ✓ FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA - Permanente
- ✓ GUSTAVO SCHWARTZ - Permanente
- ✓ LINA BUFALINO - Permanente
- ✓ MARCELA GOMES DA SILVA - Permanente
- ✓ OSVALDO RYOHEI KATO - Permanente
- ✓ RODRIGO GERONI MENDES NASCIMENTO - Permanente
- ✓ THIAGO DE PAULA PROTASIO - Permanente
- ✓ WALMER BRUNO ROCHA MARTINS - Permanente
- ✓ THAMARA MOURA LIMA - Colaboradora

Em seguida, a coordenadora explicou que apesar do curso atingir os critérios de corpo docente, sua integridade corre alguns riscos, especialmente a linha de pesquisa (LP) de



tecnologia por ter apenas três professores, sendo um deles externo (Prof. Thiago de Paula Protásio) e que confirmou sua pretensão de permanecer no PPGCF por somente mais um quadriênio. A coordenadora explicou que a LP precisa se fortalecer com docentes internos para sua melhor consolidação. Há também alguns professores que podem vir a se aposentar durante o quadriênio, como ocorreu durante 2021-2024. Além disso, há professores, especialmente coordenador e vice coordenadora, que estão sobrecarregados, por exemplo, com turmas múltiplas de seminários que são ofertados no primeiro e no segundo semestre. Adicionalmente, candidatos vem pedindo credenciamento no programa há alguns anos não houve abertura do PPGCF em função da precaução da manutenção da nota 4 e recuperação do doutorado. Em suma, discutiu-se que chegou o momento de serem concedidas chances a professores interessados no PPGCF em consonância com o início do quadriênio 2025-2028.

Desta forma, a coordenadora informou que houve 12 candidatos interessados no programa, mas que seria inviável admitir todos, salvo se a produção científica de todos fosse excepcional. Esta proposta baseia-se no fato de que a entrada de todos os candidatos não seria estratégica, pois significaria maior oferta de vagas acompanhada da necessidade por mais bolsas, o que a UFRA pode não estar pronta para suprir. Além disso, o próprio controle do programa pode ficar mais complexo. O colegiado votou a favor por unanimidade pela inclusão de no máximo 8 dos 12 candidatos.

Em seguida, a coordenadora propôs que a votação entre os 12 candidatos seja feita em função de 1) produção científica; 2) fragilidade das LPs e disciplinas; e 3) manter o atendimento aos critérios do documento de área da Capes, especialmente no que se refere à docentes internos e externos, com no mínimo 70% de docentes internos. Entretanto, a coordenadora faz duas ressalvas: (i) a produção científica dos candidatos diz muito sobre aptidão para participação em PPGs, mas o que contará para o programa será a produção desses docentes durante o quadriênio 2025-2028; (ii) produção alta não significa que o próprio docente seja o maior impulsionador, pois ele pode ter produção com parceiros, mas não contribuir com as produções futuras envolvendo discentes e egressos do programa; e (iii) a LP de tecnologia é a mais frágil e precisa de professor permanente independente da produção dos candidatos ser mais ou menos



expressiva em comparação com os demais, com a possibilidade dos docentes atuais apoiarem novos docentes para garantir melhorias neste sentido.

A coordenadora propôs então que a discussão sobre os candidatos priorizasse a LP de tecnologia e, em seguida, as demais LPs fossem discutidas conjuntamente considerando vários aspectos, mas principalmente produção científica, além da categoria do candidato como interno ou externo à UFRA e equilíbrio entre as LPs. Eventualmente seria também considerada a área de atuação do professor e o quanto a mesma poderia contribuir para o PPGCF. A coordenadora ressaltou ainda que os credenciamentos não podem ser considerados isoladamente, mas em conjunto. Por exemplo, para a admissão de um professor externo à UFRA poderia ser necessária a admissão de um ou mais professores internos à UFRA, visando a manutenção do percentual de docentes internos permanentes acima de 70%. A coordenadora relatou ainda que, para as outras duas LPs, o equilíbrio é importante, mas se as duas tem quantidades de professores suficientes ou em excesso, neste caso, a produção pode ser mais relevante. Desta forma, foi decidido por unanimidade que seria feita, em primeiro lugar, a votação de candidatos da LP de tecnologia. Adicionalmente, dependendo da prioridade, os candidatos foram ou (i) aprovados diretamente, ou (ii) classificados para serem considerados em conjunto e em comparação com demais candidatos, ou (iii) diretamente desclassificados, conforme relatado a seguir.

(a) Sobre os três professores que se candidataram à LP de Tecnologias de Recursos Florestais:

a.1) Prof. César Augusto Tenório de Lima – os membros do colegiado avaliaram que a produção do professor tem alguma interface com a tecnologia, mas está mais diretamente relacionada com o manejo. Além disso, a produção do professor não é expressiva. Portanto, foi decidido por unanimidade que este professor seria posteriormente considerado entre os docentes colaboradores independente da LP de candidatura.

a.2) Prof. Jonnys Paz de Castro – os membros do colegiado avaliaram que o docente tem estreita relação com a LP, além de ser professor da UFRA-Capitão Poço, o que constitui um critério importante de seleção para consolidação do curso. A produção do professor é razoável, mas, conforme discussão, serão trabalhadas as coautorias e inclusão em grupos de pesquisa. A entrada como professor permanente foi aprovada diretamente e por unanimidade.



a.3) Prof. Elias Costa de Souza – o colegiado verificou que o professor apresenta produção científica expressiva, porém é externo à UFRA e, além disso, mora longe da capital Belém. O prof. Protásio contribuiu para discussão relatando que possivelmente o professor teria dificuldades de orientação pela infraestrutura de sua universidade, que é recente. A coordenadora ressaltou que o curso dispõe do PROAP, mas que trazer professores de fora para dar aula não é, ou não deveria ser, a prioridade deste recurso, especialmente no caso de professores externos à UFRA. Dessa forma, seria importante verificar se o prof. teria condições logísticas e financeiras de vir à Belém para atividades presenciais e como seriam alocados os discentes sob sua orientação. O representante discente Walter perguntou como é neste caso para outros professores que não moram em Belém e os professores explicaram que normalmente os discentes ficam alocados nos laboratórios dos professores de Belém que tem parcerias com os professores de fora. Mesmo assim, ainda em função da fragilidade da LP de tecnologia, o colegiado decide por unanimidade classificar o professor como possível docente colaborador, com decisão final a depender da discussão sobre os outros candidatos.

(b) Sobre os professores que se candidataram à LP Ecologia, Ecofisiologia e Conservação dos Recursos Florestais

b.1) O credenciamento do candidato Fernando Elias da Silva não foi aceito porque ele já é pós-doc do programa e não pode ser credenciado na Sucupira em duas categorias. Além disso, somente serão considerados candidatos com vínculo empregatício em instituições de ensino e pesquisa concursados. Ressaltou-se ainda que isto não é impedimento para que este pós-doc realize atividades de docência em conjunto com seu supervisor prof. Divino Silvério.

b.2) Adriana Maria Griebeler – em função da produção científica expressiva o colegiado decide por unanimidade classificar a professora como possível docente permanente, com decisão final a depender da discussão sobre os outros candidatos. Além disso, foi feita a ressalva de que a professora esteja ciente de que o PPGCF não se responsabiliza pelo financiamento de sua vinda à Belém para atividades presenciais, mas que esta possibilidade poderá ser discutida mediante recursos disponíveis.



b.3) Leandro Assis – apesar de ser externo à UFRA, o candidato reside em Belém. Além disso, o profe. Francisco Assis comentou que, sendo pesquisador do Instituto Tecnológico do Vale, ele poderia agregar muito ao PPGCF com base de dados e recursos. Adicionalmente, o candidato tem produção científica expressiva, com alguns artigos com alto fator de impacto. O colegiado decide por unanimidade classificar o professor como possível docente permanente, com decisão final a depender da discussão sobre os outros candidatos.

(c) Manejo e Silvicultura de Plantadas e Florestas Nativas

c.1) Luiz Fernandes da Silva Dionisio – o colegiado verificou que candidato apresentou a maior pontuação em produção dentre os candidatos desta LP, tratando-se, no entanto, de professor externo à UFRA. Em função de sua alta produção científica, o colegiado decide por unanimidade classificar o professor como possível docente permanente, com decisão final a depender da discussão sobre os outros candidatos.

c.2) Jadson Coelho de Abreu – o colegiado verificou que o candidato tem produção expressiva, no entanto, a menor entre os quatro candidatos desta LP. Além disso, o candidato é externo à UFRA. A coordenadora ainda relatou que este candidato já participa como professor permanente no PG da sua própria instituição, então não havia razão para discutir sua entrada como colaborador. Com base em parâmetros similares (mesma LP, produção expressiva, candidato externo à UFRA), por comparação, o candidato Luiz Fernandes da Silva Dionisio apresentou maior produção científica e, portanto, a candidatura do prof. Jadson Abreu foi negada por unanimidade neste momento.

c.3) Lucas Sergio de Sousa – Em função da produção expressiva e ser professor da UFRA, além da demanda pela área de florestas plantadas no curso, o colegiado decide por unanimidade classificar o professor como possível docente permanente, com decisão final a depender da discussão sobre os outros candidatos.

c.4) Leonardo Pequeno Reis - Em função da produção expressiva do professor e ser professor da UFRA, o colegiado decide por unanimidade classificar o professor como possível docente permanente, com decisão final a depender da discussão sobre os outros candidatos.



(d) Professores com perfil de colaboradores – independente das requisições e das LPs o colegiado concordou por unanimidade que os professores Cesar Tenório, Breno Rayol e Silvane Vatrás possuem perfil de docentes colaboradores. O membro Walter enfatizou que o prof. Breno tem mais atuações em orientações atuais, além de produção mais expressiva que os demais. Todos os membros discutiram a necessidade de maior abertura do PPGCF para estimular professores interessados, com perfil de colaborador, mas potencial para serem convertidos em professores permanentes no futuro. A coordenadora pontuou ainda que a decisão inicial era pela entrada de somente oito professores, portanto, seria viável que apenas um deles fosse credenciado. Assim, em função da maior produção científica, o colegiado aprovou por unanimidade o credenciamento do professor Breno Rayol como colaborador, mas desclassificou por unanimidade, neste momento, as candidaturas dos professores Cesar Tenório e Silvane Vatrás.

Por fim, foram propostas as seguintes configurações de credenciamento de novos professores a partir de fevereiro de 2025.

- **Configuração 1** - Credenciamento apenas do candidato Jonnys Paz de Castro como professor permanente, visto a fragilidade da LP de tecnologia, mas precaução de não aumentar muito o curso. Alternativa votada pelos membros do colegiado Julia Rodrigues e Walmer Martins
- **Configuração 2** - Credenciamento dos candidatos Jonnys Paz de Castro, Adriana Maria Griebeler, Leandro Assis, Luiz Fernandes da Silva Dionísio, Lucas Sérgio de Sousa e Leonardo Pequeno Reis como professores permanentes e dos candidatos Elias Costa de Souza e Breno Pinto Rayol como professores colaboradores. Votaram à favor desta configuração Lina Bufalino, Francisco Assis, Fabiano Emmert e Walter Júnior dos Santos Saldanha. Sendo então a configuração com maioria dos votos e decidida. A coordenadora demonstrou que a configuração nova atende a todos os critérios da Capes já mencionados nesta ata.

Após esta decisão, a vice coordenadora comentou que professores novos somente podem iniciar orientando mestrado e que o processo seletivo já está aberto para os professores que já



faziam parte do curso. Além disso, a entrada desses professores agora significaria uma oferta muito grande de vagas, o que, por sua vez, demandaria muitas bolsas, o que a PROPED já anunciou que não haverá disponível para o primeiro semestre de 2025. Aliás, não há certeza de bolsas sequer para as vagas abertas. Portanto, a coordenadora propôs que todos os professores fossem admitidos no programa a partir de primeiro de julho de 2025, sendo que o processo seletivo do meio do ano priorizasse estes os novos professores permanentes credenciados nesta reunião em termos de vagas. A proposta foi aceita por unanimidade e os oito novos professores iniciarão no programa a partir de 1º de julho de 2025.

Pauta 5. Pedido de prorrogação de bolsa do discente Yan Patrick Moita Cid

Antes da apreciação, contextualizou-se que o discente teve quatro meses de bolsa Capes-DS em outro programa, de outra instituição (Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC), do qual pediu desligamento por não ter se adaptado. Então, quando ingressou no PPGCF, foi contemplado com uma bolsa, sendo que a coordenação desconhecia sobre esse fato anterior. A secretaria do PPGCF enviou a solicitação de implementação de bolsa Capes-DS com 24 meses de duração à PROPED. Entretanto, a PROPED-UFRA informou que não poderia implementar os 4 meses, pois verificou-se no sistema da Capes que o discente já tinha recebido 4 mensalidades da bolsa e, portanto, seriam implementados 20 meses de bolsa.

O discente então solicitou que fosse verificada novamente a possibilidade de o colegiado aprovar a prorrogação por 4 meses da sua bolsa, completando 24 meses, já que a mesma acabará antes do prazo de defesa da sua dissertação. O Colegiado discutiu que há informações faltando. Por exemplo, a vice coordenadora perguntou se há certeza que foi o sistema da Capes que impediu a implementação dos 24 meses automaticamente, ou se foi uma decisão tomada na PROPED. Além disso, não houve informação se o discente, em algum momento, devolveu o valor das bolsas já recebidas anteriormente. O Colegiado discutiu provavelmente que não tem poder sobre essa decisão se tratando de um impedimento da própria Capes. Portanto, decidiu, neste momento, negar o pedido por unanimidade, mas demandar ao discente que antes verifique na



Propede-se a possibilidade de prorrogação da sua bolsa sequer existe. Caso exista, o discente deverá enviar este pedido novamente com mais detalhes e informações.

Pauta 6. Pedido de aproveitamento de estágio docência pelo discente Diogenis Fontenele Ferreira Junior

O discente Diogenis Fontenele Ferreira Junior solicitou o aproveitamento do estágio de docência I e II, com a justificativa de que atuou como docente nos cursos de Engenharia Florestal e Tecnólogo Ambiental na Universidade Estadual do Maranhão entre os anos de 2018 a 2024, o discente também enviou uma declaração das disciplinas ministradas na instituição.

A vice coordenadora procede com a leitura sobre o aproveitamento de estágio e docência no Regimento Geral da Pós-Graduação da UFRA de 2023, que diz:

- **Seção II, art. 48:**

§ 6. É vetado o aproveitamento de créditos atribuídos a atividades complementares como Estágio de Docência I ou II.

Entretanto, no mesmo regimento, estão as seguintes orientações:

- **Seção II, art. 48:**

§ 9. O estágio de docência é obrigatório para os discentes bolsistas de agências de fomento.

§ 10. As demais normas para estágio de docência obedecerão aos dispostos nas normas de estágio de docência dos cursos de pós-graduação stricto sensu da UFRA, Resolução nº339 de 23 de março de 2017.

Na Resolução nº339 de 23 de março de 2017 da UFRA, foi verificado que:

- **Art. 3º**

§ 1º - Os pós-graduandos que atualmente são docentes de Ensino Superior, ficam isentos da obrigatoriedade deste Estágio.

A representante discente Julia alegou que pela experiência como docente, o requerente se enquadraria na isenção estabelecida pela resolução da UFRA. Entretanto, o colegiado discutiu que isenção é diferente de aproveitamento de créditos, sendo este último vedado para estágio de docência. Portanto, o prof. Fabiano ressaltou que o pedido do requerente está errado. O



mesmo deve retornar um pedido requerendo isenção da atividade ao invés de aproveitamento de créditos. O colegiado concordou e recusou o aproveitamento por unanimidade. A coordenadora ressaltou ainda que o requerente é bolsista desde 2025, quando fez este pedido, se enquadrando agora na categoria de estágio e docência obrigatória. Além disso, a Resolução nº. 339 especifica “atualmente” para a atividade de docência, sendo que o requerente finalizou esta atividade em 2024, enquanto a reunião ocorreu em 2025. Entretanto, esta discussão ocorrerá novamente somente se o discente entrar com um pedido de isenção de estágio de docência.

Pauta 7. Indicação dos discentes para o Programa PDSE

Foi publicado o Edital no 04/2024 DPG/PROPED no âmbito do PROGRAMA DE DOUTORADO SANDUÍCHE NO EXTERIOR EDITAL no. 26/2024, e pelo cronograma do edital a primeira etapa é a realização de uma seleção interna no programa, sendo assim, foram analisados o histórico e currículo lattes dos discentes interessados. O colegiado decidiu por unanimidade indicar os discentes para concorrer a bolsa pelo PPGCF pelo seguinte ranking: 1- Julia Isabella de Matos Rodrigues, 2- Jucélio Lima Lopes Junior, 3- Rivaldo Costa Cardoso Junior e 4- Fabricio da Silva Nascimento respectivamente.

Sendo verdade, sobrescrevemos

Lina Bufalino
Coordenadora *pro tempore* do PPGCF (em
exercício)

Julia Isabella de Matos Rodrigues
Representante discente doutorado

Francisco de Assis Oliveira
Representante docente interno

Fabiano Emmert
Representante docente interno



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FLORESTAIS**



Walmer Bruno Rocha Martins
Representante docente interno

Valter Junior dos Santos Saldanha
Representante discente mestrado